



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
JULHO DE 2003



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

A Fundação João Pinheiro é uma entidade do Governo de Minas Gerais, voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento e demais sistemas operacionais do Estado. Seu campo de atuação abrange as áreas da administração pública e privada, economia, estudos históricos, culturais, sociais, políticos e de desenvolvimento de recursos humanos. Uma de suas marcas é o seu forte compromisso com o interesse público, o que a consolidou como instituição de excelência técnica na realização de projetos voltados para a esfera pública nos níveis federal, estadual e municipal no Brasil.

A instituição desenvolve estudos básicos para conhecimento da realidade econômica e social do estado e suas regiões; planejamento nacional, regional e municipal; elaboração de projetos e estratégias de desenvolvimento setorial e regional; proposição, análise e avaliação social de políticas públicas; implementação de programas de ensino técnico especializado; apoio ao desenvolvimento organizacional e institucional público e privado; pesquisas e projetos relacionados com a preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural; e atividades de extensão e apoio ao desenvolvimento dos municípios.

É o órgão responsável pelo Sistema Estadual de Estatística do Estado de Minas Gerais, que produz e divulga estatísticas básicas e indicadores econômico-financeiros, demográficos e sociais. Sua atuação em nível internacional sempre foi destacada, particularmente a partir dos anos 90, quando passou a calcular o Índice de Desenvolvimento Humano para o país, estados, regiões metropolitanas e municípios, de acordo com metodologia inovadora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que gerou o primeiro Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. É também uma das poucas instituições do país que oferece curso superior voltado para a formação de administradores públicos para atuar exclusivamente na esfera pública estadual.

Na área cultural, a entidade mantém uma importante linha editorial, na qual se destaca a Coleção Mineiriana, que publica obras fundamentais para a história e a cultura de Minas e do Brasil. A FJP mantém ainda equipe especializada no apoio às prefeituras, seja no que diz respeito a planos diretores, legislação urbanística ou questões metropolitanas. A área de consultoria administrativa e gestão estratégica das organizações é também prioridade na instituição, que conta com profissionais renomados, alguns com mais de 20 anos de experiência.



CORPO TÉCNICO QUALIFICADO

O corpo técnico efetivo da Fundação João Pinheiro é composto por 233 profissionais, sendo 158 graduados nas mais diversas áreas do conhecimento humano: economia, sociologia, ciência política, administração, direito, demografia, letras, biblioteconomia, ciências sociais, psicologia, administração pública, matemática, assistência social, arquitetura, filosofia, história, engenharia (civil, sanitária e de transporte), ciências contábeis, artes plásticas, secretariado, desenho industrial, estatística, geografia, pedagogia, psicologia, jornalismo, relações públicas e publicidade.

Destes, 88 têm curso de especialização, 66 são mestres e 25 são doutores, numa mescla profícua de profissionais experientes com jovens pesquisadores, muitos dos quais exercendo funções docentes em universidades e faculdades locais. Soma-se a este quadro de espectro diversificado, um número expressivo de consultores e especialistas com notório saber, que atuam em projetos e pesquisas específicos contratados à instituição. A Fundação João Pinheiro empreende ainda, junto a seus funcionários, cursos de treinamento e reciclagem, visando garantir a alta qualidade, a excelência e o aprimoramento constante de seus conhecimentos.

INFRA-ESTRUTURA E APOIO

A Fundação João Pinheiro está instalada em sede própria, numa área total de 13 mil metros quadrados, na Alameda das Acácias 70, no bairro São Luiz, Pampulha, a 30 minutos do centro de Belo Horizonte, a cinco minutos do aeroporto da Pampulha e a 30 minutos do aeroporto de Confins. Possui ainda uma estrutura funcional completa, com um auditório para grandes eventos, com capacidade para 200 lugares e outro, que comporta confortavelmente 45 pessoas. Além destes espaços, a FJP oferece salas para reuniões técnicas e de grupos, restaurante para 200 pessoas, além de estar em região de fácil estacionamento.

Para o bom atendimento a seus clientes e a garantia do bom desempenho de suas atividades-meio, a Fundação João Pinheiro conta com uma Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, que oferece todo o suporte na gestão administrativa, financeira, de recursos humanos, de apoio logístico, operacional e informacional aos diversos projetos, pesquisas e eventos demandados à Casa. Dispõe ainda de uma Procuradoria, que garante o bom cumprimento dos procedimentos jurídicos internos e externos que requerem a participação da instituição, uma Assessoria de Comunicação, responsável pela divulgação dos produtos por ela desenvolvidos, pela recepção a seus clientes, parceiros e convidados e pela organização de eventos. Finalmente, a instituição possui uma Biblioteca com um acervo de livros, monografias, CDs, disquetes e memórias técnicas, totalizando 19.644 unidades e uma Gráfica perfeitamente aparelhada para atender a todo tipo de demanda de impressão, cópia, encadernação e outras.

CENTROS DE ESTUDOS

As atividades-fim da instituição estão sob a responsabilidade de cinco diretorias, denominadas centros, e uma escola de ensino superior: *CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO*, *CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS*, *CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS*, *CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES*, *CENTRO DE ESTUDOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS* E *ESCOLA DE GOVERNO*.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO - CDA

O CDA desenvolve tecnologia de gestão visando a melhoria do desempenho de organizações públicas e privadas, através de soluções criativas e inovadoras. O Centro está em condições de responder às necessidades e desafios organizacionais frente a um mercado cada vez mais competitivo, contribuindo para que as organizações cumpram, com efetividade, seus objetivos, considerando o ambiente em transformação.

Suas áreas de atuação compreendem consultorias em planejamento e gestão organizacional para o setor público e privado, pesquisas aplicadas ao campo da administração, desenvolvimento e implementação de projetos voltados para a formulação de estratégias e de políticas, análise da estrutura e da dinâmica das organizações e estudos de otimização dos sistemas de administração de pessoas, de finanças, de logística, de *marketing* e da informação.

O CDA está capacitado ainda para estabelecer linhas básicas de integração das ações de governo, propor mecanismos de avaliação permanente de instituições, apoiar o processo de reestruturação da administração pública estadual, propor políticas de reestruturação de administrações municipais, captar e sistematizar informações e pesquisar alternativas de captação de recursos informacionais e sócio-econômicos.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELO CDA

- Programa de Treinamento, Consultoria, Planejamento Estratégico e Gerenciamento - *Balance Scorecard* para o SEBRAE/MG;
- Diagnóstico Institucional da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Lima;
- Plano de Cargos e Salários e Pesquisa Salarial para o Conselho Regional de Farmácia/MG;
- Programa de Gestão Estratégica para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa/MG;
- Elaboração do Manual para Contratação de Serviços para a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração de Minas Gerais;
- Curso de Aperfeiçoamento Gerencial para a Companhia de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans;
- Plano de Cargos e Salários e Estatuto para a Prefeitura Municipal de Pirapama;
- Assessoria Técnica nas áreas de Compras, Licitação e Contratos e Treinamento de Pessoal para a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas;
- Programa de Reestruturação das áreas de Planejamento Gestão de Materiais e Treinamento para a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais;
- Programa de Gestão Ambiental para a Furnas Centrais Elétricas S. A.;
- Programa de Reposicionamento Estratégico, Redesenho Organizacional e Reestruturação Administrativa para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;



- Programa de Estruturação do Sistema de Custos para o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel/MG;
- Elaboração do Sistema de Registros de Preços para a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais;
- Plano de Cargos e Salários e Sistema Integrado de Carreira, Remuneração e Capacitação para a Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais – Prodemge/MG;
- Programa de Reestruturação dos Planos de Carreiras dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal do Município de Belo Horizonte;
- Diagnóstico de Fortalecimento Institucional da Prefeitura Municipal de Ibirité;
- Programa de Implantação do Novo Modelo Organizacional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- Programa de Avaliação da Capacidade Institucional e de Análise da Capacitação do Setor Privado Ligado ao Turismo dos Municípios do Vale do Jequitinhonha – Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Região do Vale do Jequitinhonha, para a Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais.



CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS - CEES

O CEES realiza estudos e consultorias visando a compreensão e a análise das economias mineira, nacional e internacional. Elabora também pesquisas e consultorias no campo social e institucional, através de estudos de base, análise e avaliação de políticas públicas, das condições de vida e impacto ambiental.

Suas áreas de atuação abrangem estudos sobre desenvolvimento econômico, social e regional, formulação e avaliação de políticas públicas, avaliação de impactos socioeconômicos de programas e projetos, análise dos impactos econômicos, sociais e institucionais das mudanças ocorridas a economia brasileira, especialmente na de Minas Gerais e estudo e análise e identificação das cadeias produtivas mineiras e brasileiras.

O CEES presta ainda assessoramento na formulação de programas e projetos na área da segurança pública, elabora os Índices de Desenvolvimento Humano e de Condições de Vida detalhados por municípios, os índices de educação, saúde e receita própria e o índice consolidado referente à distribuição da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos municípios mineiros (Lei Robin Hood), elabora pesquisas na área de finanças municipais, avalia o impacto de programas na área da saúde e apoia tecnicamente os diversos órgãos da administração pública.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELO CEES

- Estudo sobre Criminalidade e Controle Social, que pesquisa e analisa o fenômeno criminoso em suas diversas manifestações, bem como sobre a atuação do sistema de justiça criminal na sociedade brasileira;
- Inovação do Financiamento da Atenção Básica à Saúde, que analisa a distribuição de recursos públicos do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, assim como estudos de avaliação de políticas relacionadas à descentralização e à reorganização dos serviços de assistência à saúde, patrocinado pela Organização Mundial da Saúde;
- Cálculo do Índice de Condições de Vida, programa associado ao IPEA, que gera indicadores de condições de vida agregados segundo cinco dimensões: infância, educação, longevidade, renda e habitação, aplicando a metodologia proposta pela ONU;
- Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano e o indicador síntese, chamado Índice de Condições de Vida, tendo por base, em seu primeiro estudo, os municípios de Minas Gerais para os anos de 1970, 1980, 1991. Um segundo estudo foi realizado para todos os municípios do Brasil, para os anos de 1970, 1980 e 1991 e outro para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para os anos de 1980 e 1991.
- Projeto APA-SUL, sobre os impactos econômicos e sociais no meio ambiente da Região Metropolitana de Belo Horizonte, para a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais;
- Análise da Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais, trabalho que teve como objetivo fornecer ao BNDES diretrizes para aplicação de recursos provenientes da privatização da companhia;
- Diagnóstico de Finanças Públicas, que compreendeu a coleta e sistematização anual dos dados de finanças públicas dos municípios mineiros junto os Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a operacionalização da distribuição do



produto da arrecadação da cota-parte do ICMS aos mesmos, no âmbito da Lei nº 12.040/95, alterada pela Lei nº 12.428/96;

- Estudo Socioeconômico das Associações de Municípios do Médio Espinhaço e da Bacia do Suaçuí, para a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais;
- Projeção e Análise do Comportamento do Mercado Cemig, para a Companhia Energética de Minas Gerais;
- Estudos sobre os Efeitos dos Acidentes de Trânsito nas Condições de Vida da População de Belo Horizonte, para o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais;
- Indicadores de Desenvolvimento Humano na Cidade do Rio de Janeiro, para o Instituto de Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro;
- Indicadores de Desenvolvimento Humano Sustentável na Cidade do Recife e Região Metropolitana, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Drogas, Ideário Social, Político e Dados Empíricos, para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig;
- O Homicídio em Minas Gerais: um programa de pesquisa, para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig;
- Ciclo de Palestras sobre Desenvolvimento Regional, para o Sebrae/MG;
- Diagnóstico e Perspectivas do Garimpo no Rio Paranaíba, para a Delegacia Regional do Trabalho/MG;
- Índice de Desenvolvimento Humano/Brasil 2000, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Logística para as Regiões Limítrofes de Minas Gerais, para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig);
- Geração de Emprego e Renda no Setor de Turismo e Lazer e Diagnóstico da Área de Planejamento do Vale do Jequitinhonha – Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, para a Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais;
- Estudo do Mercado da Plataforma Logística Multimodal do Barreiro, para a Vallouec e Mannesmann Tubes.



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS - CEHC

Seu objetivo é realizar estudos e pesquisas e editar publicações para a valorização e divulgação da história e da cultura mineira, bem como atuar na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, e na formação, produção, circulação e preservação de bens culturais.

A história, a antropologia e a cultura são suas áreas de atuação, onde realiza pesquisas relacionadas, principalmente, com o universo mineiro, num esforço de preservação e valorização da nossa memória cultural. Elabora também estudos sobre economia da cultura, urbanismo, meio ambiente e pesquisa histórica, abordando temas socioculturais e políticos de Minas Gerais, em projetos interdisciplinares. Também o de treinamento faz parte das ações do setor, com destaque para o curso de Educação Patrimonial, que visa implementar ações de conscientização da importância e da necessidade da preservação e valorização do patrimônio cultural de Minas Gerais, bem como introduzir nos níveis fundamental e médio do sistema formal de ensino, a temática e a abordagem adequadas ao estudo e a apropriação dos bens culturais.

Uma das mais importantes frentes de atuação do CEHC é sua já tradicional linha editorial, da qual fazem parte as Coleções Mineiriana e Centenário, que têm como objetivo a organização e a edição de obras relevantes e inéditas e de documentos significativos que contribuam para o conhecimento e a disseminação da história e da cultura de Minas Gerais e de Belo Horizonte, tendo sido já publicados 28 títulos na primeira e 12 na segunda. Outro viés da atuação da diretoria é a área de estatística cultural, que visa implantar sistemas de informação de estatísticas históricas e culturais para subsidiar o planejamento e o investimento nos setores público e privado, no qual já foram editados 8 Cadernos do CEHC, com análises, reflexões e debates das questões mais relevantes para a história e a cultura de Minas Gerais e do país.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELO CEHC

- Circuito do Ouro – A Mesorregião dos Campos das Vertentes;
- Belo Horizonte ao Som da Brabanconne: a visita dos reis belgas à jovem capital de Minas Gerais – 1920, para a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais;
- Projeto de Revitalização da Casa João Pinheiro, para a Fundação Israel Pinheiro;
- Livro “Explorações Geográficas no Brasil”, de Emmanuel Liais, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- Livro “Viagens pela América do Sul”, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- Edição conjunta de 4 obras da Coleção Mineiriana, através de convênio de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Livro “Um Olhar para o Século XX”, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- Livro “Memória Política de Minas Gerais: Milton Campos, Raul Soares e Nelson de Sena”, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- “Revista do Arquivo Público Mineiro”, edição eletrônica, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- Livro “Canção das Palmeiras-Eugen Warming, Um Jovem Botânico no Brasil”, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;



- Digitalização, Catalogação e Indexação do Fundo de Governo da Capitania de Minas Gerais, para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig;
- Limites e Potencialidades da Renúncia Fiscal como Instrumento de Incentivo à Cultura: o caso da Lei nº 12.733, de 30/09/97, para a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais;
- Patrimônio Histórico Cultural dos Municípios do Vale do Jequitinhonha - Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, para a Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais;
- Curso Educação Patrimonial, para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais;
- Museu Casa de Juscelino e as Comemorações do Centenário do Presidente Juscelino Kubitschek, para a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e Casa de JK;
- História dos Palácios da Liberdade, Mangabeiras e dos Despachos, para a Secretaria de Estado da Casa Civil de Minas Gerais.



CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES - CEI

É responsável, em Minas Gerais, pela coordenação do Sistema Estadual de Estatística, tendo como atribuição coordenar, coletar, criticar, sistematizar, analisar e divulgar informações econômicas, sociais e demográficas para o Estado e seus municípios. O centro acompanha sistematicamente a evolução dos segmentos socioeconômicos, com a manutenção de informações estatísticas fundamentais nas áreas de Contas Regionais, Demografia, Finanças Públicas, Saúde, Comércio Exterior, Indicadores Sociais e Econômicos, Estatísticas Vitais, Emprego e Desemprego, Indicadores de Preços, dentre outros. A adequada articulação dessas atividades e a permanente atualização de suas estatísticas, com dados tratados e validados, permite ao CEI dar ao público o conhecimento exato da realidade do Estado de Minas Gerais, suas regiões e municípios.

O CEI atua em três frentes: a de Pesquisas Econômicas, que têm como principais informações o Produto Interno Bruto estadual, para o qual são coletadas informações referentes às três principais atividades econômicas: Agropecuária, Indústria e Serviços; e a Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A segunda frente é a de Pesquisas Sociais, que envolvem a produção de informações anuais nas áreas de Educação, Saúde e Mortalidade. A terceira é de Pesquisas Demográficas que, além da coleta das informações produzidas pelo IBGE, tanto nos Censos (decenais), quanto nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's, anuais), faz projeções de população, gera indicadores demográficos e faz análises da População Economicamente Ativa (PEA).

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELO CEI

- Produto Interno Bruto de Minas Gerais, com boletins anuais, trimestrais e por municípios e regiões, analisando as informações sobre as três principais atividades econômicas de Minas Gerais: Agropecuária, Indústria e Serviços;
- Perfil de Minas Gerais, publicação bilíngüe (português/inglês), apresentando estatísticas sistematizadas sobre os aspectos físico-territoriais, socioeconômicos e demográficos do Estado de Minas Gerais, comparadas às de outros estados, países e blocos de países. Elaborado em parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, realizada em parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM);
- Déficit Habitacional no Brasil – Municípios selecionados e Microrregiões, que estuda o déficit quantitativo propriamente dito e o qualitativo, que aborda a inadequação do estoque urbano de moradias no país, para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência de República;
- Anuário Estatístico de Minas Gerais, que tem como objetivo a consolidação de informações estatísticas básicas sobre os municípios mineiros, possibilitando a caracterização do Estado em seus diversos aspectos;
- Inflação, é uma análise sobre o comportamento dos preços e dos juros e apresentação dos resultados dos principais indicadores de preços, geral e ao consumidor;
- Produto Interno Bruto do Agronegócio em Minas Gerais, para a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais, sistematização e análise de indicadores demográficos básicos do Estado e seus Municípios;
- Migrações Internas em Minas Gerais, identifica os fluxos migratórios entre as Regiões de Planejamento do Estado e entre este e o resto do País;



- Minas Gerais e suas Regiões de Planejamento: Crescimento Populacional e Distribuição Espacial, que apresenta a evolução recente da população do estado, no que se refere aos padrões demográficos e sua composição espacial, partindo das informações da distribuição populacional;
- Estatísticas Seleccionadas de Saúde, que apresenta dados estatísticos sobre Nascidos Vivos, Mortalidade e Morbidade para o estado de Minas Gerais, detalhados por municípios, regiões metropolitanas e microrregiões geográficas do IBGE;
- Sistema de Indicadores Sociais (atividade permanente);
- Finanças Públicas Estaduais, que analisa a evolução das finanças públicas de Minas Gerais - acompanhamento trimestral - e seus principais componentes de receita, despesa e dívida;
- Demonstrativo da Balança Comercial de Minas Gerais, em parceria com o Centro Universitário Newton Paiva, que trata da evolução das exportações e importações de Minas Gerais, com desagregação setorial, a partir da fonte básica de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconomicos (Dieese);
- Determinantes Sociais da Saúde do Idoso na Região Metropolitana de Belo Horizonte, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep).



CENTRO DE ESTUDOS MUNICIPAIS E METROPOLITANOS - CEMME

O Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos tem como finalidade estudar, pesquisar, elaborar e acompanhar a implementação de políticas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento municipal, em seus aspectos econômicos, sociais e institucionais; promover atividades de assessoramento técnico; e propor diretrizes de Planejamento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O treinamento de recursos humanos, visando fortalecer as administrações locais através da maior capacitação de sua mão-de-obra e prepará-las para a gestão mais eficaz das funções municipais é um dos campos de atuação do CEMME, além do assessoramento técnico institucional, orientando as prefeituras na busca da modernização municipal, do aumento das receitas próprias e do aprimoramento de seus instrumentos de gestão - Legislação Urbanística, Legislação Tributária, Cadastro Técnico Municipal, dentre outros.

Também o planejamento municipal e metropolitano faz parte de suas atribuições, sendo prioridade assessorar a Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte- AMBEL e os municípios metropolitanos através de estudos e propostas de planejamento relacionados ao saneamento, transportes e sistema viário, uso do solo, desenvolvimento econômico, informações e cartografia básicas, meio ambiente e habitação.

Esta ampla atuação, voltada prioritariamente aos municípios mineiros, torna o CEMME parceiro importante para que as administrações municipais possam alavancar seu desenvolvimento e buscar instrumentos para incremento da economia local e da melhoria das condições de vida de suas populações.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELO CEMME

- Plano Diretor para o município de Itutiutaba;
- Plano Diretor para o município de Ijaci;
- Planejamento Municipal e Metropolitano para os municípios de Machado e Itajubá;
- Plano Diretor para o município de São Gonçalo do Rio Abaixo;
- Plano Diretor e do Uso e Ocupação do Solo para o município de Felício dos Santos;
- Normas de Organização Territorial para os municípios afetados pela duplicação da BR 381 (Rodovia Fernão Dias), para o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG);
- Plano Diretor para o município de Itabira, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce;
- Plano Diretor para o município de Catas Altas, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce;
- Plano Diretor de Desenvolvimento para o município de Conceição do Mato Dentro;
- Planos Diretores e de Uso e Ocupação do Solo para os municípios de Goianá e Rio Novo, para a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas;
- Plano Diretor para o município de Borda da Mata;
- Plano de Desenvolvimento Regional do Vale do Aço;
- Banco de Dados – Fonte de Financiamento para os municípios;
- Zoneamento Urbano para os municípios de Ibiritê-Betim;
- Plano de Desenvolvimento Turístico para o município de Ibitipoca;



ESCOLA DE GOVERNO

Criada pela Lei Estadual nº. 10.961, de 14/12/1992 e implementada a partir de 1994, a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro é, ao mesmo tempo, uma escola de ensino superior isolada, que oferece cursos de graduação, pós-graduação e mestrado e um centro de formação de recursos humanos para as administrações públicas federal, estadual e municipal, que busca fortalecer a competência nas áreas de formulação de políticas públicas, elaboração de indicadores e instrumentos de mensuração de resultados e avaliação do desempenho da ação governamental. Oferece programas de educação continuada destinados aos servidores públicos, agentes comunitários e prestadores de serviços, com forte conexão com os setores governamentais.

Os esforços do ensino e da pesquisa convergem para alguns dos eixos que configuram hoje a agenda pública, forjada a partir da reforma do Estado com sua exigências por maior eficácia, eficiência e modernização da administração pública, da necessidade de ampliar o conhecimento e a informação disponíveis para a formulação de políticas mais consistentes, que produzam os resultados positivos esperados, reduzindo os efeitos indesejados e da viabilização da ação pública pautada na busca de padrões aceitáveis de justiça social.

Norteadas por estes princípios, a Escola de Governo mantém seu foco em três áreas de ensino: a primeira é de Graduação, onde mantém o Curso Superior de Administração Pública (CSAP), destinado a formar profissionais para atuar na administração pública estadual. Tem duração de quatro anos, é gratuito, oferece bolsa de estudo no valor de um salário mínimo e os servidores públicos matriculados regularmente são dispensados do ponto durante o curso. Seu vestibular tem caráter de concurso público, que permite, no final e após o cumprimento dos requisitos exigidos durante o curso, acesso à carreira de administrador público nos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado. O CSAP tem sido avaliado anualmente pelo Provão do MEC e mantido conceito 'A' há alguns anos, o que comprova sua excelência, propiciada pela formação dos alunos que é voltada prioritariamente para o setor público, mas sem esquecer as instituições privadas.

Outra área de atuação da Escola é a de Especialização lato sensu, onde desenvolve o Curso de Especialização em Administração – CEA, com quatro áreas de concentração: Marketing, Finanças, Recursos Humanos e Gestão Estratégica da Informação. Na área pública, a EG mantém os cursos de Especialização em Administração Fazendária e Municipal, Administração Pública, em Finanças Públicas, em Gestão Pública Integrada e Urbana, em Planejamento e Gestão Ambiental, e de Especialização e Gestão Estratégica em Segurança Pública.

Finalmente, o Mestrado em Administração Pública, outra atribuição da Escola de Governo, que tem por objetivo a formação de alto nível - teórica e técnica - dos profissionais que atuam na esfera pública e em centros de pesquisa e de ensino superior. Recomendado pela CAPES para integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, oferece três áreas de concentração: Gestão Econômica, Gestão em Políticas Sociais e Tecnologias da Informação.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO PELA ESCOLA DE GOVERNO

- Curso Superior de Administração Pública (CSAP);
- Mestrado em Administração Pública;
- Curso de Especialização em Administração (CEA);



- Assessoria técnica na área de segurança pública, para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais;
- Curso de Especialização em Gestão Municipal, para a Excel Consultoria e Assessoria Ltda.;
- Curso de Especialização em Gestão e Regularização Ambiental para Advogados, para a Ecobusiness Network Ltda.;
- Curso de Capacitação para o Mercado Imobiliário, Análise de Custos e Viabilidade e Gestão de Produtos, para a Caixa Econômica Federal;
- Curso de Especialização em Direito Público, para a Procuradoria Geral do Estado;
- Curso de Atendimento ao Público, para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos;
- Curso de Treinamento para Supervisores, para a Mineração Morro Velho;
- Curso de Relacionamento Interpessoal, para o IBAMA;
- Curso de Desenvolvimento Gerencial, para o Instituto de Pesos e Medidas/MG;
- Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública;
- Curso de Gestão Fiscal e Tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal, para o BDMG/SOMMA;
- O Fundef e a Municipalização do Ensino Pública em Minas Gerais, para a Fundação Ford;
- Serviços de Engenharia Consultiva em Transporte e Trânsito, para a Prefeitura Municipal de Pará de Minas;
- Intercâmbio em Gestão de Segurança Pública, para a Polícia Militar de Minas Gerais;
- Programa de Especialização em Administração Pública - PROAP (Políticas Públicas e Gestão Governamental, Gestão de Pessoas, Direito Tributário, Orçamento e Finanças Públicas, Controle Interno, Administração Pública, Gestão Estratégica da Informação) para diversas entidades do Governo Estadual;
- Cursos de Especialização Drogas e Alcoolismo: uma visão multidisciplinar, para diversos órgãos do Governo Estadual;
- Curso de Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil, para o Corpo de Bombeiros;
- Curso de Gestão Urbana e de Cidades, para o Instituto Banco Mundial;
- Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, para a Secretaria de Estado da Saúde;
- Desenvolvimento Institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social: Capacitação e maior eficácia da política, para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
- Curso de Especialização em Educação Inclusiva, para vários municípios mineiros.



CLIENTES E PARCEIROS

Ao longo de seus mais de 30 anos, a Fundação João Pinheiro vem solidificando parcerias e consolidando clientela junto a organismos internacionais, governos e órgãos federais, estaduais e municipais, assembleias e câmaras legislativas e empresas privadas, além de manter convênios de cooperação técnica com instituições de pesquisa, centros de treinamentos, agências multilaterais e associações científicas internacionais da Europa, Estados Unidos e América Latina.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Fundação Ford, Fundação Konrad Adenauer, British Council, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Centro Latinoamericano para el Desarrollo, (CLAD), Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica e Social (ILPES), Universidad de Chile e Escuela de Gobierno y Gestión Pública (Chile), Institut International d'Administration Publique e Centre National de la Fonction Publique Territoriale (França), scuola Superiore Della Pubblica Amministrazione e Scuola di Direzione Aziendale dell'Università Luigi Bocconi (Itália), Instituto Nacional de Administración Pública, Centro de Estudios Municipales y de Cooperación Internacional e Universidade Autònoma de Barcelona (Espanha), London School of Economics and Political Science, Aston Business School/Birmingham, European Institute of Public Administration (Reino Unido), United States Information Agency e United States Information Service (Estados Unidos); Aston Business School, da Inglaterra; Banco Mundial; Conselho Britânico; Universidades de Stetson e Wisconsin, dos Estados Unidos.

ENTIDADES E ÓRGÃOS FEDERAIS

Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Banco do Nordeste, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Oswaldo Cruz, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Sebrae/MG, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Furnas Centrais Elétricas SA.

ENTIDADES E ÓRGÃOS ESTADUAIS

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado do Governo, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Defesa Social, Secretaria de Estado do Turismo, Tribunal de Contas de Minas Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Procuradoria Geral do Estado, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), Processadora de Dados do Estado de Minas Gerais (Prodemge), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Fundação Rural Mineira (Ruralminas), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), Empresa de Extensão Rural de

Minas Gerais (Emater), Companhia Energética de Minas Gerais S/A (Cemig), Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (Acadepol), Companhia de Saneamento de Água e Esgoto de Minas Gerais (Copasa), Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Delegacia Regional do Trabalho/MG, Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (Detel).

ENTIDADES E ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Prefeituras municipais de Itajubá, Felício dos Santos, São Lourenço, Contagem, São João Del Rei, Ibirité, Claraval, Borda da Mata, Conceição do Mato Dentro, Jacui, Itaúna, Ituiutaba, Passos, Pirapama, Poços de Caldas, Machado, Monte Formoso, Campo Belo, Pará de Minas, Carangola, Nova Lima, Governador Valadares, Janaúba, Jaboticatubas e Belo Horizonte, Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BH Trans).

ASSEMBLÉIA E CÂMARAS LEGISLATIVAS

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Câmara Municipal de Uberlândia.

OUTROS GOVERNOS ESTADUAIS

Estados de Tocantins, Pernambuco e Rio de Janeiro.

EMPRESAS PRIVADAS

Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Camargo Corrêa Cimento S/A, Banco Itaú, Banco do Brasil, Ecobusiness Network Ltda., Mineração Morro Velho, Fundação Israel Pinheiro, Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Centro Universitário Newton Paiva, Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Doce, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Vallouec e Mannesmann Tubes, Petrobrás, Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig), Localiza Rent a Car, Volvo Automóveis., Editora C/Arte, Telemig, Telemig Celular, Fundação Roberto Marinho, Telemar, Câmara Brasileira do Livro.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Alameda das Acácias, 70
São Luís/Pampulha - CEP 31.275-150
Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Telefone geral: (31)448 9400
Fax: (31) 3448 9699/448 9698
Site: www.fjp.gov.br

Presidente
Amícar Vianna Martins Filho
Fone: (31) 3448 9700/9701
e-mail: pre@fjp.gov.br

Chefe de Gabinete
Alberto Magno Gontijo
Fone: (31) 3448 9706/9707
e-mail: beto@fjp.gov.br

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças
Maria Helena de Andrade
Fone: (31) 3448 9711
e-mail: handrade@fjp.gov.br

Procuradora
Maria José Nopomuceno Costa
Fone: (31) 3448 9705
e-mail: mjcosta@fjp.gov.br

Assessora de Comunicação Social
Lucilene da Silva Rodrigues
Fone: (31) 3448 9706/9707
Fax: (31) 3448 9588
e-mail: lucilene@fjp.gov.br

Diretora do Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES)
Maria Luíza de Aguiar Marques
Fone: (31) 3448 9721
e-mail: mluiza@fjp.gov.br

Diretor do Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC)
Leonardo Alves Lamounier
Fone: (31) 3448 9723
e-mail: leolamou@fjp.gov.br

Diretora do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA)
Felipe Erasmo Cabral
Fone: (31) 3448 9715
e-mail: felipeec@fjp.gov.br



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Governo de Minas Gerais

Diretor do Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (CEMME)

Benjamin Alves Rabello Filho

Fone: (31) 3448 9717

e-mail: brabello@fjp.gov.br

Diretor do Centro de Estatística e Informações (CEI)

Laura Maria Irene de Michellis Mendonça

Fone: (31) 3448 9719

e-mail: ldm@fjp.gov.br

Diretora Geral da Escola de Governo (EG)

Laura da Veiga

Fone: (31) 3448 9713

e-mail: lveiga@fjp.gov.br

Diretora Adjunta da Escola de Governo (EG)

Andréia Maria Ladeira Caldeira Rodrigues

Fone: (31) 3448 9725

e-mail: andreagab@fjp.gov.br

